

## RESENHA “A CONDIÇÃO URBANA: ENSAIOS DE GEOPOLÍTICA DA CIDADE” DE PAULO CESAR DA COSTA GOMES

### REVIEW "THE URBAN CONDITION: ASSAYS OF GEOPOLITICS CITY" OF PAULO CESAR COSTA GOMES

Claudete KUHN<sup>1</sup>

O livro *“A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade”*, de Paulo Cesar da Costa Gomes, publicado em 2010, procura mostrar a dinâmica espacial de eventos antes estudados por especialistas de outras áreas, trazendo a tona o elemento estrutural da disputa territorial destes fenômenos para a Geografia.

Conforme o autor, território, política e cidade são as noções básicas que estruturam o livro. Elas estão imbricadas de tal forma em um cenário de lutas territoriais, organização de diferenças, no espaço restrito da cidade, que influenciaram na escolha do cientista pela denominação “geopolítica urbana”, haja vista tais lutas objetivarem a disputa “[...] pela afirmação de um poder que é também a luta por um território” (p.13).

O território, por sua vez, é assumido como “[...] parte de uma extensão física do espaço, mobilizado como elemento decisivo no estabelecimento de um poder” (p.20). Ele não se confunde, nesta obra ora resenhada, com a idéia de apropriação nem com qualquer dimensão emotiva ou de identidade, tal qual muitos geógrafos, a exemplo de Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert, definem. Para o autor, estas são partes de uma estratégia de controle. Como o território é o que está em jogo, é a expressão de um poder, um direito à cidade, por exemplo; a territorialidade é quem vem a ser, como descrita por Gomes, “[...] o conjunto de estratégias, de ações, utilizadas para estabelecer este poder, mantê-lo e reforçá-lo” (p.12).

Ao considerar a cidade como um fenômeno de origem político-espacial, um tipo de associação entre as pessoas, o autor argumenta que sua dinâmica territorial pode ser observada pela ordem espacial, isto é, “[...] sua disposição física unida à sua dinâmica sociocomportamental, são os elementos fundadores da condição urbana” (p.16).

O confronto da disposição locacional dos objetos espaciais com o comportamento social que aí tem lugar devem, na opinião de Gomes (2010), permear uma análise geográfica do espaço urbano. Daí decorre o interesse central do trabalho: demonstrar o engano em considerar o território como insignificante na definição da cidade. “Relações políticas e território são duas dimensões interatuantes e fundadoras na constituição e no exercício do poder” (p.135).

Frente a este quadro, o autor organiza o livro em duas partes, com cinco capítulos cada. Na primeira parte, o maior interesse é demonstrar que o espaço é uma construção social com caráter mutável e transformador. Para tanto, propõe duas categorias de análise geográfica: o nomoespaço e o genoespço. Para Gomes, além destas matrizes serem formas geográficas de pensar o espaço em relação com a sociedade, também são modelos distintos de ordem técnica para refletir a dimensão política do espaço, afim da produção de uma geografia política. Uma das intenções dessa proposição, segundo o autor, é originar a troca de idéias com outros domínios das ciências sociais que estudam o campo da política.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Guarapuava, Paraná.  
E-mail: claudetekuhn@hotmail.com

A primeira matriz, o nomoespaço, exprime relações formais de pertencimento e de ordenamento em um espaço com regulamentação formal interna. Enquanto “[...] condição necessária para que se configure a idéia de um pacto social do tipo contratualista” (p.40), significa uma dinâmica particular definida por esse processo de classificação e demarcação do território, no qual o espaço é hierarquizado em uma concepção geométrica, proporcional, nas condições contratualistas. Representando esse tipo de relação social com o território, o nomoespaço compreende “[...] uma extensão física, limitada, instituída e regida pela lei” (p.37). É uma forma normativa do espaço associada a um tipo de sociedade baseada nos valores do racionalismo e do individualismo, com uma concepção de espaço abstrato.

A segunda matriz, o genoespaço, fundamenta-se na idéia de grupo, de comunidade. “Em termos geográficos, podemos dizer que a classificação das ações não é feita pela sua distribuição no espaço, [...] ela é, antes, este espaço, [...]” (p.61), alvo de disputa por um poder supremo de uma comunidade que se considera pela sua historicidade, tradição ou força, com maior habilidade para controlar um território. Tal espaço é ocupado por signos inclusivos que delimitam o controle ou a presença em um território. Suas fronteiras são fluídas e instáveis, uma vez que comportam, segundo critérios de domínio e controle coletivos, a afirmação da diferenciação de direitos. Isto remete a uma identidade comunitária (social) que se relaciona com uma identidade territorial, pois, como argumenta Gomes, a primeira só existe quando “definida em relação a um território de homogeneidade, de domínio e de pleno desenvolvimento de espírito de grupo” (p.62).

Desta forma, categorias espaço-temporais (traços familiares, históricos, culturais, etc.) são vistas como elementos singulares na formação da identidade e, por assim ser, o genoespaço “[...] estabelece uma relação ontológica entre um grupo e o local, ou melhor, uma identidade ontologicamente fundada em um local” (p.79).

Sinalizando o interesse do trabalho em criar, por meio do genoespaço e nomoespaço, instrumentos úteis para compreender fenômenos nos quais o espaço tem um papel central, revisitar certos momentos da cultura teórica e abrir novos campos para a pesquisa geográfica, Gomes reafirma a condição de formas de ser-no-espaço das matrizes, mostrando que elas podem existir simultaneamente. Analisando modelos políticos, por intermédio de uma temática espacial, destaca que o tipo de relação da cidadania com o espaço é o nomoespaço, haja vista ser uma comunidade de direito em um território delimitado e qualificado formalmente. Já a nacionalidade, sua relação com o espaço é o genoespaço, pois se baseia na idéia de diferença e identidade. A nação, no entanto, pode existir nos dois modelos analíticos: nomoespaço e genoespaço. No primeiro caso, remete a idéia de uma comunidade política, contratual, ao nacionalismo cívico. A segunda, compreende o nacionalismo étnico ou culturalista, por uma homogênea e orgânica vivência de valores. Resumidamente, o nomoespaço e o genoespaço são descritos na obra como modelos que podem ser tomados para compreender alguns processos socioespaciais.

Na segunda parte do livro, Gomes inicia apresentando duas preocupações afim de incluir a Geografia na discussão da cidadania: 1) construir um objeto teórico de pesquisas geográficas e; 2) a possível contribuição de uma reflexão geográfica sobre este problema. Comenta que como a cidadania contém um componente espacial, isto é, existe uma matriz territorial no conceito de cidadão, e devido à relevância dada à ordem espacial das coisas pela análise geográfica, é importante seu estudo pela Geografia.

A Geografia pode demonstrar, salienta Gomes, que para haver cidadania é preciso existir democracia e espaço público. Tal ciência também é capaz, conforme o autor, de demonstrar a divisão física dos espaços públicos. Assim, este espaço conquista a condição de se tornar uma categoria de análise geográfica na medida em que “ele passa a ser um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais” (p.172).

Finalizando, o autor elenca a relação entre as mudanças na imagem da cidade com o recuo do contrato original que fundou a cidadania. Considerando que o recuo da cidadania implica o recuo dos espaços públicos, ele descreve quatro processos nos quais esse processo pode ser caracterizado: a apropriação privada crescente dos espaços comuns, a progressão das identidades territoriais (tribos), o emuralhamento da vida social (rede sociais e mídias tecnológicas), e o crescimento das ilhas utópicas (condomínios).

Ao analisar fenômenos, conforme apresentado no livro, não devemos considerá-los, a priori, como diferentes ou semelhantes, isso vai depender do tipo de análise. Uma abordagem da cidade, por exemplo, com vistas aos elementos de ordem espacial, remete a uma visão dela como uma linguagem, com rupturas diferenciadoras e excludentes, lugar da cidadania.

A aplicação da teoria desenvolvida na obra aos casos estudados, está organizada no livro sob a forma de três capítulos. No primeiro, Gomes argumenta que uma análise geográfica das praias do Rio de Janeiro, dos bailes funks, dos bulevares parisienses, temas estudados no capítulo, deve considerar as estratégias espaciais baseadas no sentido de compartimentação e exclusividade, bem como as “[...] estratégias territoriais de conquista e manutenção de um território” (p.223).

Na sequência, abordando o futebol e sua estética por meio da geopolítica, em outro capítulo, Gomes delinea o interesse geográfico no estudo do futebol sobre o tripé: a) a definição das torcidas com base numa matriz espacial; b) a catarse e; c) a capacidade deste esporte de dramatizar e metaforizar as lutas territoriais da cidade. Na dimensão espacial dos jogos de futebol, conforme o autor, o que está em jogo é o sentido da cidade. Os territórios urbanos são disputados por tribos diferentes, transformando as metrópoles em palcos de guerras com variadas territorialidades. O território urbano passa, assim, a ser aberto para a luta e a conquista, livre para a imposição de normas baseadas na afinidade, ganhando o direito à cidade pela suspensão definitiva dos direitos comuns, isto é, da cidadania.

Por fim, Gomes considera que o estudo da soberania do Quebec, no Canadá, envolve os seguintes temas geográficos: identidade regional, regionalismo, relação entre cultura e território e entre democracia e espaço. O Canadá, argumenta, além de ser palco privilegiado de conflitos territoriais baseados na distinção étnica e cultural, é um território no qual pode ser observado a relação entre política e território.

Além dessas cinco questões: 1) a importância das matrizes enquanto modelos analíticos, 2) a necessidade na Geografia de uma concepção do espaço que contemple simultaneamente forma e conteúdo, 3) da singularidade dos espaços físicos e da sua capacidade de veicular e condicionar sentidos, 4) o fato do espaço se declinar por diferentes registros e 5) a importância das escalas de análise, apontadas por Gomes nas notas finais, muitas outras questões apresentadas na obra são importantes para a ciência geográfica. Por exemplo: a crítica ao multiculturalismo, destacando a dificuldade da delimitação territorial de grupos fragmentários; a centralidade da questão territorial relativa às questões da cidadania e da democracia; a necessidade da Geografia conceber uma concepção de espaço que privilegie simultaneamente conteúdo e forma; o diálogo interdisciplinar; a crítica à doença empirista da Geografia; o fato de que as matrizes se fundamentam na forma política de relacionamento da sociedade com o espaço; etc.

Muitos itens relevantes não foram abordados devido aos limites que compõem uma resenha. Afinal, nada substitui a leitura da obra. Ainda mais quando se trata de trabalho de tamanha erudição, destacando-se como uma leitura imprescindível para aqueles que pretendem se aprofundar nos domínios da Geografia e formar uma visão geográfica dos fenômenos que ocorrem no espaço urbano.

### **Referência**

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 306p.

Resenha recebida em 15-06-2014

Resenha aceita para publicação em 06-08-2014